



SESSÃO TEMÁTICA Nº 01 - DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO ENSINO E EXTENSÃO NO CAMPO DE PÚBLICAS

AS EMPRESAS JUNIORES COMO AGENTES DE ENSINO FUNDAMENTAIS NO CAMPO DE PÚBLICAS: A EXPERIÊNCIA DA ÂNIMA PÚBLICA (UFRJ)

Clarice da Rocha Sabatini/UFRJ

Luiz Felipe Lima de Azevedo/UFRJ

Resumo:

O Movimento Empresa Júnior (MEJ) traz consigo a ideia de complementar o método de aprendizagem tradicional da graduação a partir da criação de um ambiente propício para o desenvolvimento prático da teoria. Uma vez que o Ensino Superior, majoritariamente, não entrega de forma objetiva as ferramentas necessárias para a inserção dos discentes em sua área de atuação, as Empresas Juniores (EJs) surgiram com o objetivo de se configurarem como uma instituição onde os discentes pudessem ter a liberdade para colocar seus conhecimentos acadêmicos e teóricos adquiridos em prática, se desenvolvendo tanto pessoalmente quanto profissionalmente. Compreendendo o Campo de Públicas como sendo multidisciplinar de formação acadêmica, científica e profissional de nível superior, comprometido com o aperfeiçoamento democrático e republicano, as Empresas Juniores do Campo de Públicas se diferenciam das demais que compõem o MEJ por se preocuparem com a promoção de inovações sociais e processos que visem o aperfeiçoamento da esfera pública, em oposição às áreas cujas abordagens se caracterizam como majoritariamente empresariais. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar as experiências inovadoras vivenciadas pelos discentes que compõem Empresas Juniores do Campo de Públicas, que, através da aprendizagem coletiva, constroem um olhar crítico sobre o ensino da gestão e políticas públicas através do contato com um ambiente externo ao da Universidade. Sendo assim, tal experiência permite que a multidisciplinaridade existente no Campo de Públicas se torne ainda mais substancial na atuação do gestor público, levando em consideração os desafios enfrentados por seus egressos no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Empresa Júnior. Campo de Públicas. Aprendizagem. Desenvolvimento profissional.

INTRODUÇÃO

Ao longo da graduação em cursos do Campo de Públicas, os discentes passam por uma série de experiências responsáveis pela sua formação teórica, prática e conceitual que os permitem adentrar ao mercado de trabalho de maneira qualificada, levando em consideração o conhecimento adquirido no âmbito da universidade. Entretanto, é perceptível que poucas são as formas de aprendizagem que possibilitam um real impacto na profissionalização do discente, visto que a inserção no mundo profissional requer competências para além daquelas disponibilizadas pelo diploma universitário. Este, por sua vez, ao mesmo tempo que é cada vez mais necessário, também passou a ser cada vez menos suficiente para a formação integral do profissional quando levadas em consideração as vagas de trabalho disponibilizadas pelo mercado (Régnier, 2007), tanto no setor público quanto nos segundo e terceiro setores.

Frente a tal cenário, percebe-se a relevância de atividades complementares à aprendizagem disponibilizada em sala de aula para a formação de um profissional do Campo de Públicas, que possibilitam a obtenção de conhecimentos tanto práticos quanto subjetivos, propiciando um maior conhecimento processual utilizado no mercado de trabalho. Nesse sentido, as experiências inovadoras vivenciadas pelos discentes que compõem Empresas Juniores do Campo de Públicas se apresentam como uma ferramenta de aprendizagem coletiva, responsável pela construção de um olhar crítico sobre o ensino da gestão e políticas públicas através do contato com um ambiente externo ao da Universidade propriamente dita. Levando em consideração os desafios da atuação profissional dos graduados do Campo de Públicas, há o entendimento que as atividades da EJ proporcionam um aprendizado prático para a atuação como profissionais da área, principalmente através da possibilidade de protagonismo de seus membro através da ocupação de funções com uma autonomia de propor resoluções em relação a problemas práticos enfrentados pela sociedade.

Destaca-se, nesse sentido, um relevante desenvolvimento analítico acerca dos conteúdos ausentes no ensino tradicional para a qualificação profissional do gestor público através dessa metodologia de aprendizagem, responsável por gerar uma maior compreensão destes através da experiência prática. Assim, levando em consideração as demais metodologias de aprendizagem existentes na graduação, poucas são as oportunidades existentes que o discente possui que proporcionam a possibilidade de assimilar diversas competências de maneira conjunta. Para isso, as Empresas Juniores se configuram como responsáveis por proporcionar um aprendizado comumente adquirido quando o profissional já está inserido no mercado de trabalho.

HISTÓRICO E CONCEITUAÇÃO DAS EMPRESAS JUNIORES

O Movimento Empresa Júnior (MEJ), nascido no ano de 1967 na França, leva consigo a ideia de complementar o método de aprendizagem tradicional da graduação a partir da criação de um ambiente propício para o desenvolvimento prático da teoria (Moretto *et al.*, 2004). Uma vez que o Ensino Superior, majoritariamente, não entrega de forma objetiva as ferramentas necessárias para a inserção dos discentes em sua área de atuação, as Empresas Juniores (EJs) surgiram com o objetivo de se configurarem como uma instituição onde os discentes pudessem ter a liberdade para colocarem seus conhecimentos acadêmicos e teóricos adquiridos em prática, se desenvolvendo tanto pessoalmente quanto profissionalmente. Tendo em vista este diferencial, a influência do MEJ se expandiu por diversos países com uma força extraordinária, chegando ao Brasil no ano de 1987 através das relações existentes entre o país e a França, tendo sido criada a primeira Empresa Júnior (EJ) em território nacional em 1988 (Matos, 1997).

De maneira conceitual, as Empresas Juniores são qualificadas como associações sem fins lucrativos vinculadas à uma Instituição de Ensino Superior. Geridas exclusivamente por discentes da graduação de um ou mais cursos, estes são os responsáveis por conduzir tanto suas atividades internas quanto a execução de serviços e projetos para o público externo, sob a orientação e supervisão de docentes (Barbosa *et al.*, 2014). Devido a isso, segundo a Confederação Brasileira de Empresas Juniores (Brasil Júnior), as EJs possibilitam não apenas uma aplicação prática dos conhecimentos adquiridos teoricamente pelos cursos de graduação, mas também o desenvolvimento de competências fundamentais para a formação de um profissional qualificado, como o pensamento crítico e analítico frente a questões práticas (Brasil Júnior, 2010).

Nesse sentido, quando pensamos no fator "empregabilidade", a participação de EJs se apresenta como um fator de destaque, uma vez que tal experiência profissional se diferencia fortemente da maior parte de oportunidades disponibilizadas para os discentes quando ainda inseridos na graduação. Assim, para além de aspectos imprescindíveis para a inserção no mercado de trabalho, como liderança e proatividade, as Empresas Juniores possibilitam uma vivência de uma realidade muito mais próxima da experiência profissional profissional de fato quando levadas em consideração as demais oportunidades ofertadas pela Universidade, como extensão, estágio e iniciação científica. Entretanto, para pensar na possibilidade de existência de EJs como parte do Campo de Públicas, é preciso compreender as especificidades desta área de estudo.

SOBRE O CAMPO DE PÚBLICAS

Segundo Pires *et al.* (2014), o termo "Campo de Públicas" se refere ao campo de estudo multidisciplinar comprometido com os princípios democráticos e republicanos, alusivo às áreas de Gestão Pública, Gestão de Políticas Públicas, Administração Pública e Gestão Social. Assim, seu principal objetivo está relacionado à formação de profissionais e pesquisadores responsáveis pela promoção de inovações sociais e aperfeiçoamentos do setor público, levando em consideração a relevância da participação da sociedade civil na construção da esfera pública.

Entretanto, este campo de estudo possui uma definição em constante movimento, uma vez que acompanha a construção de objetos e objetivos por parte de diferentes atores que compõem o corpo social brasileiro (Pires *et al.*, 2014). Nesse sentido, no ano de 2010 foi perceptível uma transformação do Campo, que passou por um processo de maior consolidação principalmente através da formulação do primeiro texto referente às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração Pública e cursos correlatos, tendo sido discutido e aprovado pelo Conselho Nacional de Educação. A partir disso, os cursos de graduação dessa área passaram a estar unidos através da identificação de suas características em comum, independente das especificidades que envolvem os distintos bacharelados que a compõem. Assim, há a compreensão de que a multidisciplinaridade se apresenta como uma das principais singularidades que envolvem todo o Campo de Públicas, sendo esta fundamental para a atuação dos profissionais e pesquisadores que pensam a criação e implementação de políticas públicas.

No mesmo ano de 2010, foi criado o curso de graduação de Gestão Pública para Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES) do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Segundo Vainer (2010), o curso surgiu com a ideia de criar uma visão de gestão pública que englobasse os distintos agentes que compõem sua esfera para além do Estado propriamente dito, suprindo a necessidade de se criar um setor público que interagisse com a sociedade civil. Indo de encontro com a visão do Campo de Públicas, o GPDES possui uma concepção multidisciplinar, voltada para a compreensão do interesse público e sua complexidade. Entretanto, ao mesmo tempo que este aspecto possibilita uma grande variedade de possibilidades aos discentes, identificou-se que os mesmos possuíam dificuldade em encontrar uma identidade bem definida em relação a suas habilidades e como usá-las dentro do mercado de trabalho. Para isso, destaca-se a necessidade de uma série de mecanismos de aprendizagem, responsáveis por abranger distintos conhecimentos relevantes para a lapidação de um profissional do Campo de Públicas.

COMPREENDENDO A APRENDIZAGEM

É possível perceber que as Empresas Juniores possuem a capacidade de preencher lacunas que os discentes do Campo, em sua maioria, se deparam através da graduação em face dos desafios propostos após a mesma. Assim, é necessário compreender como as EJs conseguem incentivar e apresentar ferramentas que instigam a aprendizagem e complementam a instrução dos que participam sem seguir as formas já conhecidas pela universidade. O processo de ensino que encontramos dentro destes espaços não se aproxima das metodologias que comumente se evidencia em sala de aula, logo, não é baseado na estrutura convencional de aprendizagem. Portanto, para se entender como a EJ se transformou em um agente de ensino com um imenso potencial, é necessário discutir sobre aprendizagem e seus respectivos desdobramentos.

Segundo Zanelli, Borges-Andrade & Bastos (2004), é considerado aprendizagem, os processos psicológicos que ocorrem na esfera individual. Em certas situações, denominações como “aprendizagem organizacional” surgiram para fazer referência aos processos que ocorrem no âmbito das equipes de trabalho ou das organizações como um todo. Apesar do grande volume de teorias de aprendizagem, podemos reuni-las sistematicamente em dois grandes eixos: as teorias comportamentalistas e as teorias cognitivas e de construção social. No eixo das teorias comportamentais, por sua vez, as consequências comportamentais são o que define a aprendizagem, destacando como as circunstâncias ambientais são catalisadoras deste processo. Assim, na visão comportamental, o foco é a análise na ação, ou seja, a conexão entre o estímulo e a resposta que gera um processo de aprendizagem, dando relevância aos elementos como estímulo, resposta e mudança de comportamento.

A partir da perspectiva das teorias cognitivas, conceitua-se a aprendizagem a partir do tratamento de informações adquiridas dentro da própria cognição de cada indivíduo, partindo do nível mais baixo (operacional) ao mais alto (conceitual), caracterizando um processo de relação do sujeito com o campo externo e que possui efeitos no plano interno da organização das informações e integração do material pela estrutura cognitiva. Ainda nesse eixo, o ponto de vista social da aprendizagem parte do princípio que os significados, ações e o conhecimento adquirido pelo indivíduo são resultado de práticas sociais e coletivas, que envolvem por sua vez, relações entre grupos e dentro dele, compartilhando significados, artefatos, e ações. A partir disso, entende-se que a aprendizagem pode surgir de diferentes formas, sejam elas do modelo intencional que nos habituamos, que chamamos de aprendizagem formal, ou de formas não planejadas ou esperadas, que seria a aprendizagem informal.

Com intuito de compreender o que significa aprendizagem informal, também se faz necessário debater o que é aprendizagem formal. Dentro desse conhecimento, temos o processo de ensino-aprendizagem com intenção pedagógica, normatizado pelas Políticas Públicas em Educação, ocorre nas instituições de ensino. De acordo com Zanelli, Borges-Andrade & Bastos (2004), a aprendizagem formal ocorre a partir da aquisição de informação instigada por iniciativa da organização de trabalho, que propositalmente sistematiza um ambiente para que os indivíduos vinculados aquele espaço aprendam. Normalmente, essa estrutura inclui atividades de TD&E (treinamento, desenvolvimento e educação) e é frequentemente pautada no modelo de sala de aula, que ocorre através das etapas do processo de aprendizagem dos professores e instrutores; são elas: o planejamento, a implementação e a avaliação.

A partir disso, compreende-se que o aprendizado informal ocorre independentemente da iniciativa deliberada da organização, sem uma estruturação prévia de condições de ensino. Apesar de não poder ser dirigida e controlada, a aprendizagem informal pode ser estimulada por elementos como: mentoria, *networking*, *unlearning*, suporte, coesão do grupo, características e qualidades individuais, estímulo a atividades que não estejam diretamente relacionadas a tarefas do cotidiano, conhecimentos prévios do indivíduo, realização de tarefas artísticas, interesse, comprometimento (Marsick; Watkins, 1997). Observa-se que em ambiente natural, de modo espontâneo e informal ou em situações planejadas e estruturadas, pode-se verificar aprendizagem. Assim, as pessoas aprendem e transferem novas aprendizagens para diferentes contextos o tempo todo.

Tal aspecto reflete na aprendizagem individual e organizacional, alavancada por fatores internos e externos, não necessariamente conscientes, pois baseia-se na cultura, na socialização e nas práticas dos indivíduos. Sendo assim, as Empresas Juniores se consolidam como agentes de aprendizagem fundamentais para a formação dos discentes do Campo de Públicas, uma vez que geram uma atmosfera propícia às diversas formas de aprendizagem, principalmente a informal, de maneira efetiva.

CARACTERIZANDO EFETIVIDADE

A efetividade, por sua vez, se concentra na qualidade do resultado. Quando se discute o conceito, infere-se que há uma análise sobre quais são os valores e o retorno que os resultados estão retornando daquele serviço, produto ou processo. Ou seja, ela é mais abrangente que a eficácia, na medida em que esta indica se o objetivo foi atingido, enquanto a efetividade mostra se aquele objetivo trouxe o impacto visado por uma determinada ação. Sendo assim, é

importante compreender se o ambiente em que os graduandos estão sendo inseridos está sendo efetivo para que os mesmos estejam capazes de desempenhar suas funções dentro dos diversos caminhos que estes podem escolher. A formação de discentes do Campo de Públicas, nesse sentido, não se faz efetiva apenas através da compreensão dos conhecimentos relativos à Gestão Pública e de Políticas Públicas. Portanto, a partir do propósito da criação deste campo, entende-se que para além de gestores públicos treinados dentro da universidade com o conhecimento, há a necessidade destes agregarem valor à sua formação através da capacitação prática referente aos desafios que enfrentam dentro das organizações e culturas organizações que fazem parte da administração pública e da gestão social. E percebemos esta efetividade na aprendizagem absorvida nas Empresas Juniores.

AS EMPRESAS JUNIORES COMO FERRAMENTAS DE APRENDIZAGEM

Segundo Matos (1997), os trabalhos executados pelos discentes de graduação em Empresas Juniores possibilitam uma maior facilidade de inserção dos mesmos no mercado de trabalho, uma vez que permitem um maior intercâmbio entre a esfera universitária e a sociedade. A partir disso, é perceptível que a utilização de Empresas Juniores como ferramentas de aprendizagem complementares ao ensino entregue pela sala de aula possibilita uma ampliação dos conhecimentos técnicos e profissionais dos discentes, que, por sua vez, passam a desenvolver competências que os diferenciam quando inseridos no mercado de trabalho.

Portanto, percebe-se que as atividades realizadas nas EJs permitem uma melhor instrumentalização dos conhecimentos adquiridos ao longo da graduação, além de possibilitarem um maior desenvolvimento das habilidades comportamentais e subjetivas dos seus membros. Levando em consideração as especificidades do Campo de Públicas, a experiência das EJs permite que a multidisciplinaridade existente nesta área de conhecimento se torne ainda mais substancial na atuação do gestor público, apresentando aos discentes da graduação os desafios que enfrentarão futuramente quando ingressos no mercado de trabalho, possibilitando que os supere com maior facilidade.

Com o objetivo de possibilitar essa forma de aprendizagem, a Ânima Pública, Empresa Júnior de Gestão Pública da UFRJ, foi criada pelos discentes do curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES), atendendo não apenas às demandas de seus alunos, que enfrentavam dificuldades em instrumentalizar os conhecimentos adquiridos durante a graduação, mas também para perpetuar os valores do Campo de Públicas de maneira prática e inovadora.

O QUE É INOVAÇÃO?

A interpretação do significado de inovação é bastante abrangente e complexa, pois trata-se de implementar algo novo no contexto com a intenção de obter impacto. Pode-se dizer que a inovação é a introdução de algo novo em qualquer atividade humana. Segundo a Lei de Incentivo à Inovação, nº 10.973 de 2 de Dezembro de 2004, considera-se inovação a introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho.

Nesse sentido, quando falamos da inserção de Empresas Juniores como agentes fundamentais de ensino, o ambiente criado para desenvolvimento e aplicação dos conhecimentos teóricos está diretamente ligado a uma nova opção de aprendizado dentro da graduação, que além de ensinar, também traz à esfera acadêmica os desafios e peculiaridades do Campo de Públicas, que os discentes futuramente viriam a enfrentar. Indo mais além, as ferramentas técnicas e práticas que a EJs fornecem como forma de absorção do conhecimento teórico disponibilizado dentro de sala de aula possibilita a criação de um ambiente responsável por simular as características que o mercado de trabalho apresenta, aprimorando estes discentes em relação a suas habilidades subjetivas em consoante com as atividades propostas pelo trabalho. Levando em consideração tal perspectiva, o atual cenário nacional evidencia a grande propagação de Empresas Juniores dentro do Campo de Públicas, criando uma rede de auxílio mútuo entre discentes e também egressos dos cursos que o compõe.

A ÂNIMA PÚBLICA

No ano de 2017, discentes da graduação em GPDES trouxeram a semente do MEJ para dentro do curso, culminando na fundação da Ânima Pública, primeira Empresa Júnior do Campo de Públicas no estado do Rio de Janeiro. É fato que já existiam outras iniciativas de EJs dentro de cursos deste campo na região, entretanto suas atividades não eram voltadas para atender ao mesmo. Assim, a EJ surgiu com a ideia de que fazer parte do movimento poderia trazer soluções e ferramentas necessárias para que a comunidade discente pudesse lidar com as dificuldades encontradas no mercado por conta própria, através de um melhor preparo profissional. Através da busca por novas perspectivas de impacto acadêmico, profissional e social, os alunos da graduação poderiam se identificar como agentes de inovação, devolvendo para a sociedade um pouco do conhecimento adquirido dentro do espaço acadêmico.

Com os sentimentos de motivação e proatividade – absorvidos pelo MEJ –, e de transparência – influenciado pelos princípios da Gestão Pública, a Ânima Pública tem como um de seus principais objetivos instrumentalizar os estudantes de Gestão Pública da UFRJ com as ferramentas necessárias para ingressarem no mercado de trabalho com um maior conhecimento adquirido acerca das atividades práticas de um gestor público. Busca-se, nesse sentido, a elaboração de projetos que visam a criação de soluções inovadoras, através da disseminação de conhecimento, profissionalização e propagação de boas práticas. Assim, por meio das atividades realizadas dentro da EJ, a equipe da Ânima se qualifica profissionalmente para se associar a um estágio ou até mesmo para criar um vínculo empregatício.

Esta EJ, em um curto período de tempo, impactou positivamente a formação de seus membros de forma expressiva, abrindo portas para novas possibilidades de atuação e profissionalização ainda no âmbito da graduação, se tornando de extrema relevância para o melhor conhecimento do Campo de Públicas. Esses resultados foram alcançados pelo protagonismo que a Ânima Pública concedeu aos discentes. O ambiente gerado por ela cria um efeito empoderador para se buscar soluções e respostas às demandas existentes em relação a toda comunidade que pertence ao instituto em que o curso faz parte. É possível visualizar esse processo com os relatos e observações apresentadas a partir das respostas do questionário dos egressos da EJ de Gestão Pública da UFRJ, que serão discutidas a seguir.

UMA ANÁLISE DOS PROFISSIONAIS JUNIORES

Com o objetivo de mapear as perspectivas daqueles que fazem ou já fizeram parte de Empresas Juniores do Campo de Públicas, utilizamos um formulário *online* para a criação de um banco de dados que representasse a visão destes em relação ao aprendizado adquirido através da participação nestas iniciativas. Através disso, este estudo se utiliza de uma metodologia de pesquisa exploratória através de uma abordagem tanto quantitativa como qualitativa, visando promover um panorama geral sobre relação entre as formas de aprendizagem não tradicionais e o entendimento sobre o Campo de Públicas, bem como as especificidades de suas EJs. A partir da criação desse banco de dados, buscamos a representação valorativa da experiência de associados à uma Empresa Júnior, através da análise dos impactos destas instituições no desenvolvimento pessoal e profissional de seus membros. Assim, serão analisadas as percepções de distintas EJs do Campo de Públicas e, de maneira mais aprofundada, dos discentes que passaram pela Ânima Pública.

Ao total, obtivemos 84 respostas, sendo 35,7% destas da Ânima Pública e 64,3% de mais 7 EJs, são elas: João Pinheiro Jr. (Administração Pública - FJP), Gestarc Consultoria Jr. (Gestão de Políticas Públicas - UFRN), Polis Jr. (Gestão de Políticas Públicas - UFC), Vertuno (Gestão de Políticas Públicas - USP), Transformare Consultoria Jr. (Ciências do Estado - UFMG), Resultado Público Consultoria Jr. (Gestão Pública - UFPB) e Publicae (Gestão de Políticas Públicas - UnB). Destes, 51,2% chegaram a ocupar um cargo de liderança, seja ele na gestão interna da EJ ou gerenciando projetos, e 60,7% do total é composto por membros ativos. A maior parte dos participantes da pesquisa trabalharam em suas respectivas EJs por um período entre 1 e 2 anos, representando 41,7% do total, seguido por aqueles que participaram entre 6 meses e 1 ano, com 31%.

Para realizar o questionário de avaliação da perspectiva dos discentes que participaram de uma Empresa Júnior do Campo de Públicas, foi utilizado a escala Likert como base para as respostas. Esta escala foi escolhida pois já é bem conhecida dentro de pesquisas de opinião e tinha-se como finalidade verificar qual era o nível de concordância dos participantes em relação à algumas questões que atravessavam o ensino-aprendizagem com a vivência obtida pelas EJs. Ao todo foram 14 questões que possibilitaram averiguar como as EJs se configuram como agentes de ensino dentro da Universidade e com qual profundidade as mesmas são um diferencial para a formação do discente.

Quando analisada a exclusividade das experiências vivenciadas pelos discentes durante sua trajetória na Empresa Júnior, mais de 67% considerou que a participação na EJ gerou aprendizados não adquiridos em outras oportunidades disponibilizadas durante a graduação, como estágio, iniciação científica, extensão e monitoria; 17,86% discordou com tal alegação, enquanto 14,29% se manteve imparcial quanto à tal. Em relação à vivência dos discentes na EJ, questionamos se esta contribuiu para os conhecimentos adquiridos em sala de aula. É interessante visualizar que mais de 85% dos alunos que participaram da pesquisa sentem que a EJ é uma ferramenta de absorção do conhecimento, sendo que 45% votou que concordam totalmente com esta afirmativa. Menos de 15% das pessoas que participaram da pesquisa sinalizaram que a EJ não foi um fator significativo para a compreensão dos aprendizados teóricos tratados em sala de aula, levando em consideração os indiferentes.

Avaliamos também se a vivência na EJ contribuiu para a compreensão do discente sobre o que é o Campo de Públicas. Mais de 91% dos participantes sinalizaram que fazer parte de uma Empresa Júnior do Campo foi um fator diferencial para o entendimento do que este é de fato. Vale mencionar, que mais de 50% demonstrou que a EJ foi a principal base para adquirir este

conhecimento. Além disso, 75% dos participantes concordam que a EJ é a forma em que o discente consegue ter o maior protagonismo durante a graduação, sendo que mais de 91% considera que esta foi a condição fundamental para seu desenvolvimento de autonomia quanto à resolução de problemas.

Dos discentes e egressos que participaram desta pesquisa, aproximadamente 87% expressaram que a vivência na EJ incentivou sua reflexão sobre defasagens dos cursos em que fazem parte. 83% do total demonstrou-se de acordo com a afirmação que em relação à efetividade da metodologia de aprendizagem utilizada dentro das EJs, concordando que está é tão positiva quanto aos demais métodos da graduação.

Quando perguntados acerca do nível de impacto que a EJ teve no desenvolvimento profissional dos discentes, observamos que mais de 52% demonstrou que esta experiência foi o fator decisivo para este tipo de desenvolvimento. Enquanto apenas 8,33% apresentou níveis baixos de impacto, aproximadamente 57% dos participantes da pesquisa sinalizaram como nota máxima este nível de impacto, caracterizando a EJ como a principal base para seu desenvolvimento pessoal. Uma vez questionados se concordam que a Empresa Júnior foi um espaço onde puderam aprender efetivamente ferramentas técnicas utilizadas no ambiente profissional, seja em seus estágios ou trabalhos formais, 8,33% evidenciou que a EJ não foi um fator diferencial para tal aprendizagem, 8,33% foram indiferentes à esta afirmação e 83,33% concorda que a EJ teve um papel positivo nesse aprendizado. Já quando observamos a EJ como fator de desenvolvimento de habilidades subjetivas e interpessoais, a discordância foi relativamente maior, com 14,29% discordando total ou parcialmente. Nessa análise, é interessante observar que aproximadamente 9,5% se colocou indiferente em relação a este fator, enquanto aqueles que foram favoráveis ficaram bastante divididos. 27,38% demonstraram o maior nível de concordância, 25% no intermédio e 23,8% no menor índice.

Por fim, em relação ao conhecimento dos discentes frente ao seu curso, 82,14% concordou que participar da EJ foi fundamental para a absorção de noções sobre a graduação em que fazem ou fizeram parte, com apenas 17,86% discordando desta alegação. Desta experiência adquirida, 69% dos participantes acredita que fazer parte de uma Empresa Júnior foi o principal fator de compreensão sobre a multidisciplinaridade do Campo de Públicas.

Para analisar a experiência dos discentes e egressos do curso de Gestão Pública da UFRJ, realizamos uma série de questionamentos de caráter qualitativo para membros ativos (17 participantes) e pós-juniores (13 participantes) da Ânima Pública, que, por sua vez, puderam

contar um pouco sobre sua experiência na EJ e como ela os impactou em seu desenvolvimento tanto pessoal quanto profissional.

Quando analisadas as respostas dos membros ativos, 100% considera que fazer parte da Ânima Pública está contribuindo para a sua formação como gestor público. Para eles, estar inserido nos trabalhos da EJ possibilita novas abordagens sobre o conhecimento adquirido em sala de aula, juntamente com a oportunidade de aprender conhecimentos subjetivos que são extremamente relevantes e requisitados pelo mercado de trabalho, como gerenciamento de conflitos, rápida resolução de problemas, gerenciamento de equipe e liderança. Para os membros, o diferencial em fazer parte da Ânima está na possibilidade de assimilar conteúdos práticos que não são disponibilizados através das aulas do curso, gerando um aprendizado orgânico e em concomitância com os demais membros. Além disso, foi mencionado que muitas das ferramentas utilizadas na EJ foram apresentadas pelas disciplinas do curso posteriormente à sua utilização nos trabalhos realizados pelos membros. Tal oportunidade se dá devido à convivência de discentes de distintos períodos do curso, possibilitando uma troca de conhecimento prático que permite a aquisição não apenas do *know-how*¹ em si, mas também de habilidades interpessoais.

Além disso, ferramentas comumente utilizadas pelo MEJ se destacam pelos membros como um diferencial em sua formação, como o *benchmarking* utilizado de maneira colaborativa. Este termo é comumente empregado para descrever a competição existente entre empresas no setor privado, caracterizado pela incorporação de processos de outras empresas visando a melhoria da execução de determinada atividade através da análise dos sucessos e fracassos experienciados. Entretanto, no Movimento Empresa Júnior o apelido "*bench*" se apresenta de maneira desprendida de concorrência e competitividade, pelo contrário. Uma vez que as Empresas Júniores visam gerar aprendizado a todos os envolvidos no processo, a passagem de conhecimento ocorre envolvida na reciprocidade, através da transmissão de conhecimento em prol do desenvolvimento mútuo das partes envolvidas neste processo.

Em relação ao conhecimento referente ao Campo de Públicas adquirido através da experiência na Ânima Pública, os membros ativos evidenciam que o diferencial em fazer parte de uma Empresa Júnior se dá pelo aprendizado da área na prática. Assim, o aprendizado empírico referente a temáticas e questões do campo, uma vez que apresentadas através da atuação direta dos discentes em projetos internos ou externos, possibilita uma melhor compreensão dos discentes frente à sua futura atuação como gestores públicos.

¹ Definição de *Oxford Languages*: habilidade adquirida pela experiência; saber prático.

Quando analisada a experiência dos pós-juniões da Ânima Pública, buscamos compreender como a participação na EJ impactou sua inserção no mercado de trabalho, percebendo o diferencial adquirido pelos discentes durante sua experiência. Autonomia, capacidade de resolução rápida de problemas, adaptabilidade, gestão de pessoas, liderança, gestão de tempo, proatividade, trabalho em equipe, aprimoramento de habilidades sociais, e responsabilidade com prazos. Essas são algumas das características mapeadas pelos ex-membros como adquiridas em sua participação na EJ. Levando em consideração o conhecimento dos desafios da inserção do profissional do Campo de Públicas no mercado de trabalho, como a necessidade de experiência prévia e de aplicar efetivamente o aprendizado disponibilizado em sala de aula, a oportunidade de obter tais conhecimentos ainda no âmbito universitário possibilitou a superação de dificuldades constantemente apresentadas pelos profissionais da área.

Para os pós-juniões da Ânima, a experiência nesta Empresa Júnior permitiu a qualificação em conhecimentos, ferramentas e capacidades valorizadas pelo mercado de trabalho e que, entretanto, não havia sido possível até tal oportunidade. Para além do diferencial no currículo frente aos demais profissionais do Campo que não passaram por uma EJ, o desenvolvimento de uma maior segurança para a execução de atividades através da experiência empírica se apresenta como uma qualidade singular para a atuação profissional de fato. Alguns dos diferenciais da participação na Ânima elencados por este grupo, levando em consideração as características dos graduandos em Gestão Pública, são: maior preparo para o enfrentamento das adversidades do ambiente profissional; proatividade, agilidade e segurança na elaboração de atividades profissionais; maior conhecimento sobre metodologias de trabalho; mais autonomia no enfrentamento de problemas; e desenvolvimento prático de ferramentas fundamentais para a atuação no Campo.

Analisando as ferramentas ou habilidades técnicas desenvolvidas pelos discentes do curso em sua participação na EJ, foram apontadas: gestão de fluxos e processos; noção das áreas em que atuaram dentro da instituição; elaboração e avaliação de projetos; análise SWOT²; e ferramentas de monitoramento de atividades. Entretanto, não são apenas as qualificações técnicas que se destacam quando identificado o diferencial adquirido pela experiência na Empresa Júnior. Características como o aumento na confiança frente à resolução de problemas, a reflexão sobre sua frente de atuação profissional, e a visão analítica da execução de atividades se apresentam como qualidades subjetivas adquiridas através de seu trabalho na Ânima. Por fim,

² Ferramenta utilizada na elaboração de Planejamentos Estratégicos.

percebe-se que a atuação na EJ possibilitou aos seus membros um melhor entendimento sobre o Campo de Públicas, bem como a diferenciação das EJs deste frente ao Movimento Empresa Júnior como um todo.

CONCLUSÃO

A consolidação e expansão das atividades da Ânima Pública só comprova sua relevância para o Campo de Públicas, e a conseqüente adesão e apoio por parte dos discentes e docentes se evidencia como parte desse caminho. Esse é apenas o início da trajetória desta iniciativa, que hoje apresenta ser uma característica diferencial para a profissionalização dos discentes no âmbito da graduação. Internamente, através das diversas induções e iniciativas de projetos – tanto internos quanto externos –, a equipe da Ânima Pública cumpre as demandas que fomentaram sua criação, tendo a perspectiva de expandir ainda mais sua atuação frente às experiências passadas.

O Campo de Públicas, por sua vez, com sua interdisciplinaridade e diferenciais, demonstra que não existe apenas uma perspectiva para se encaixar profissionalmente, assim como as profissões mais tradicionais e com mais tempo de maturação. Assim, os resultados proporcionados pela inserção do Movimento Empresa Júnior são significativos, à medida que promovem um autoconhecimento organizacional do próprio campo e dos indivíduos envolvidos nele, sejam acadêmicos, técnicos ou profissionais.

Assim, a motivação do Movimento Empresa Júnior consiste em, com objetivos educacionais, criar um ambiente onde as ideias, os indivíduos, as organizações, os sistemas e o fluxo de conhecimento se conectam. Devido a este fato, as EJs se configuram como agente fundamentais de ensino com caráter inovador no processo de aprendizagem dos discentes do Campo de Públicas, uma vez que não possuem a intenção de apenas complementar a aprendizagem formal, mas de ir além e suplementar o aprendizado envolvido com seus participantes, possibilitando o desenvolvimento de todas as partes envolvidas.

Este artigo não pretende, por si só, apresentar todas as características, conceituações e análises referentes a esta temática, pelo contrário. Nosso objetivo é, justamente, impulsionar o movimento de compreensão e valorização do papel das Empresas Juniores nesta área tão diferenciada que é o Campo de Públicas. E esperamos que, através disso, cada vez mais pessoas deste campo sejam impactadas pelo sentimento de sinergia que permeia o trabalho de uma EJ, assim como tantos foram nesses cinco primeiros anos de existência da Ânima Pública.

REFERÊNCIAS

ANTONELLO, C. S., & GODOY, A. S. (2010). **A encruzilhada da aprendizagem organizacional: Uma visão multiparadigmática**. Revista de Administração Contemporânea, 14.

BARBOSA, F. L. S.; RABÊLO NETO, A.; MOREIRA, R. N.; BIZARRIA, F. P. A. **O papel da empresa júnior na formação empreendedora do profissional de Administração**. In: Seminários em Administração. p. 1-17. 17, São Paulo. 2014.

BRASIL. **Lei nº 10.973 de 2 de Dezembro de 2004**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm. Acesso em: 30 jul. 2021.

BRASIL JÚNIOR. Confederação Brasileira de Empresas Juniores. **Relatório Nacional Censo e Identidade 2010**. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.brasiljunior.org.br/arquivos>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

CASTRO, R. B. **Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração Pública**. Bahia, 2006. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/10/enanpad2006-apsa-1840.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2021.

FLACH, L.; ANTONELLO, C. S.. A teoria sobre aprendizagem informal e suas implicações nas organizações. **GESTÃO. Org-Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 8, n. 2, 2010.

KEINERT, T. M. **O Movimento “Campo de Públicas”:** Construindo uma Comunidade Científica dedicada ao Interesse Público e aos Valores Republicanos. Administração Pública e Gestão Social, v.6 n.4, 169-176. 2014.

MARSICK, V.; WATKINS, K. **Informal and Incidental Learning in the Workplace**, Routledge and Kegan Paul, New York, NY, 1990.

MATOS, F. **A empresa Júnior: no Brasil e no mundo**. São Paulo: Ed. Martin Claret. 1997.

MORETTO, L. N., et al. **Empresa Júnior - Espaço de aprendizagem**. Florianópolis: Ed. Gráfica Pallotti. 2004.

NETO, L. M. *et al.* **Empresa Junior: espaço de aprendizagem**. Florianópolis: [s.n], 2004.

OLIVEIRA, E. **Empreendedorismo social e empresa júnior no Brasil: o emergir de novas estratégias para formação profissional**. Curitiba: FAE Centro Universitário, 2005. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/IIseminario/politicas/politicas_04.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

PIRES, V. *et al.* **Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais**. Administração Pública e Gestão Social, v. 6 n.3, 110-126. 2014.

RÉGNIER, K. **O que conta como mérito no processo de pré-seleção de gerentes e executivos no Brasil.** Caderno CRH, Salvador, v. 20, n. 49, p. 57 - 76, jan/abr 2007.

SANGALETTI, C; CARVALHO, G. **Introdução ao Movimento Empresa Junior.** In: NETO, L. et. al. Empresa Junior: espaço de aprendizagem. Florianópolis: [s.n]. 2004.

SATO, K. T.; SATOLO, E. G.; QUEIROZ, T. R. **Desenvolvimento de competências e valores organizacionais em discentes de uma Empresa Júnior.** Revista Conexão UEPG, vol. 11, núm. 3, agosto-dezembro, pp. 282-297. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. 2015.

VAINER, C. **Programa de graduação em gestão pública para o desenvolvimento econômico e social.** Especial 1.6. 2010.

ZANELLI, J.C.; BORGES-ANDRADE, J.E.; BASTOS, A.V.B. (Orgs.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

ZARIFIAN, P. **Objetivo Competência: Por uma nova lógica.** São Paulo. Atlas. 2008.

ZILIOOTTO, D.M; BERTI, A. R. **A aprendizagem do aluno inserido em uma Empresa Júnior.** Revista Conexão UEPG, vol. 8, núm. 2, julho-dezembro, pp. 210-217. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. 2012.